

Diário do Legislativo de 14/05/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissão

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 94ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dilzon Melo, Bilac Pinto e Ivair Nogueira (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dilzon Melo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Transportes e Obras Públicas, publicados em 4/4/2002 e 25/4/2002; Saulo Moreira, Secretário Particular do Governador, publicado em 26/4/2002; Geraldo Valadares Roquete, Chefe de Gabinete do DER-MG, publicado em 26/4/2002. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/ 2001 (relator: Deputado Bilac Pinto) e do Projeto de Lei nº 1.865/2001, do Governador do Estado (relator: Deputado Bilac Pinto, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário, ocasião em que o Presidente verifica, de plano, a ausência de quórum para apreciação da matéria desta fase. A seguir encerra a reunião, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2002.

Dilzon Melo, Presidente - Gil Pereira - Márcio Kangussu.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 355ª reunião ordinária, EM 14/5/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para comemoração dos 50 anos da Rádio Itatiaia.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.078/2000, do Deputado João Paulo, que proíbe o lançamento do nome de mutuários com prestações do SFH atrasadas no cadastro dos serviços de proteção ao crédito. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Defesa do Consumidor opinou por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Defesa do Consumidor, que opina pela aprovação da Emenda nº 3.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.009/2000, do Deputado Paulo Piau, que cria o Programa Mineiro de Armazenagem em nível de Propriedade Rural ou de Forma Comunitária. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.090/2000, do Deputado Adelino de Carvalho, que altera o inciso V do art. 2º da Lei nº 13.449, de 10/1/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.170/2000, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a inclusão da Bíblia Sagrada editada em braille no acervo das bibliotecas públicas. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.229/2000, do Deputado Agostinho Silveira, que autoriza o Poder Executivo a implantar na rede pública hospitalar programa de prevenção e tratamento da obesidade e das doenças dela decorrentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.934/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaobim o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.969/2002, do Governador do Estado, que dispõe sobre a reorganização da Fundação Clóvis Salgado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 3 e 4, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.729/2001, do Deputado Gil Pereira, que dá nova redação aos incisos I a V do art. 8º da Lei nº 13.439, de 30/12/99. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da CPI das Carvoarias, a realizar-se às 9h30min do dia 14/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão e apreciar o relatório final dos trabalhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 100ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 14/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.987/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.014/2002, do Deputado Kemil Kumaira; 2.089/2002, do Deputado Miguel Martini; 2.090/2002, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.093/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.096/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 2.104/2002, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 2.109/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 2.113/2002, do Deputado Ivair Nogueira; 2.132/2002, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.071/2000, da Deputada Maria Olívia; 2.000/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.085/2002, do Deputado Geraldo Rezende; 2.110/2002, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.111/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.114/2002, do Governador do Estado; 2.117/2002, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES E OUTROS MUNICÍPIOS, VERIFICANDO A POSSÍVEL PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO, COM GRUPOS DE CRIMINOSOS ORGANIZADOS, NO ESQUEMA DE FACILITAÇÃO DE FUGA, TRÁFICO DE DROGAS, LIBERDADE E SOLTURA EXTRALEGAL, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os depoimentos do Delegado Helder d'Ângelo e do Sr. Marcelo Barros Romualdo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 90ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 14/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 9h30min do dia 15/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de debate sobre as potencialidades turísticas da Região das Vertentes e a política de desenvolvimento do ecoturismo regional e do turismo sustentável.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 84ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 15/5/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nºs 3.331/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.336/2002, do Deputado Bené Guedes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dilzon Melo, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Gil Pereira e Irani Barbosa, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; Ivair Nogueira, Anderson Adauto, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 14/5/2002, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os Srs. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Transporte e Obras Públicas, e Antônio Demétrio Bassili, Diretor-Geral do DER-MG, sobre o contrato firmado entre o DER-MG e a ADTER, os serviços prestados pela ADTER e as auditorias realizadas pelo Ministério da Fazenda nas obras da BR-381, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2002.

Mauro Lobo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.078/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

De iniciativa do Deputado Antônio Andrade, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública o Grupo Folclórico Moçambique Filhos do Espírito Santo, com sede no Município de Carmo do Paranaíba.

Preliminarmente, foi a proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1.

Cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre o assunto, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade citada no relatório tem como objetivo a divulgação do folclore e de outros movimentos culturais que visem a preservar e difundir a cultura afro-brasileira.

Além de estimular tais movimentos, a entidade promove a integração de seus associados com pessoas de outras associações, em prol do fortalecimento do folclore e da cultura popular, em suas diversas manifestações.

Portanto, justa se faz a outorga do título de utilidade pública ao Grupo Folclórico Moçambique Filhos do Espírito Santo, do Município de Carmo do Paranaíba.

Conclusão

Mediante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.078/2002 com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2002.

Antônio Carlos Andrada, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.088/2002

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O projeto de lei ora analisado, de autoria do Governador do Estado, objetiva dar a denominação de Frei Orlando à Escola Estadual Júlia Soares da Silva, com sede no Município de Morada Nova de Minas.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou a Emenda nº 1.

Dando prosseguimento à tramitação da matéria, cabe agora a este colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme dispõe o art. 103, I, "b", do Regime Interno.

Fundamentação

A iniciativa em causa resulta de pedido formulado pelo colegiado da Escola Estadual Júlia Soares da Silva, que, reunido, homologou, pela unanimidade dos votos, a indicação do nome Frei Orlando para denominar o educandário, a título de homenagem ao ilustre membro da comunidade moradense, bem como aos relevantes serviços prestados por ele ao País.

Antônio Álvares da Silva - seu nome de batismo - estudou na Holanda, onde, por vocação, se tornou frei, ingressando na Ordem dos Franciscanos Menores. Faleceu no dia 20/2/45, em pleno campo de batalha, quando prestava assistência religiosa às tropas da Força Expedicionária Brasileira, na 2ª Guerra Mundial.

Religioso, humanista e patriota, merece emprestar seu nome à referida escola estadual.

Conclusão

Pelas razões registradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.088/2002 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2002.

Paulo Piau, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

352ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 7/5/2002

O Deputado Pastor George* - Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, membros desta Casa, órgãos da imprensa, senhoras e senhores, a razão que hoje me traz à tribuna desta Casa é homenagear todos os instrumentadores cirúrgicos do País e, em especial, do nosso Estado. Ontem, dia 6 de maio, foi seu dia, instituído pela Lei nº 12.790, de 23/4/98.

Nesta oportunidade, congratulo-me com os instrumentadores cirúrgicos do nosso Estado nessa justa comemoração, pois sabemos da sua importância em um bloco cirúrgico, ao lado de um médico especialista, como também da sua responsabilidade antes, durante e após o ato cirúrgico. Como tal, é indispensável nos quadros de pessoal das clínicas de cirurgias e das instituições hospitalares.

No dia 23 de abril do corrente ano, realizamos uma audiência pública na Comissão do Trabalho, em que discutimos os problemas relacionados à regulamentação da profissão do instrumentador cirúrgico, pelo fato de tramitar na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.880/99, do Deputado Federal Edmar Moreira, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico e autoriza a criação do conselho federal e dos conselhos regionais do instrumentador cirúrgico.

A audiência teve muito êxito, e os instrumentadores expuseram as suas reivindicações, em decorrência do seu trabalho e do que se passa com relação às funções que lhes competem.

No decorrer da audiência, entre as propostas apresentadas, estabeleceu-se a ocorrência de uma mudança na grade curricular do instrumentador cirúrgico, de modo a possibilitar a inclusão de disciplinas compatíveis com o curso técnico de Enfermagem, podendo, assim, tanto o instrumentador como o técnico de enfermagem trabalharem no bloco cirúrgico, legalizados.

Consigno aqui que, apesar de o Projeto de Lei nº 1.880/99 encontrar-se em tramitação, já existem os sindicatos nacional e o de Minas Gerais, bem como o Conselho Nacional e o Conselho Regional de Minas, por força da Medida Provisória nº 15.490, de 10/10/97, da Presidência da República, assim denominados: Sindicato Nacional de Instrumentador Cirúrgico - SINIC -, que é uma entidade que possui como finalidade estudar, defender e coordenar os interesses econômicos e profissionais dos empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais que exerçam atividades ou profissões idênticas, similares ou conexas e o Conselho Federal do Instrumentador Cirúrgico - COFIC. Ambos são representados pelo seu Presidente, Prof. Alaércio de Oliveira, na cidade de Curitiba, no Paraná.

Em Minas Gerais, existem o Sindicato do Instrumentador Cirúrgico em Minas Gerais - SICEMG - e o Conselho Regional do Instrumentador Cirúrgico - CORIC -, 8ª Regional em Minas Gerais, representados por sua Presidente, Sofia de Ávila.

Em Minas Gerais, existe também o Centro de Ensino de Instrumentação Cirúrgica - CENIC -, representado pelo Prof. Antônio Carlos da Gama Reis, localizado na Rua Timbiras, 1.343, em Belo Horizonte. O objetivo do CENIC é preparar e formar profissionais qualificados para a área da saúde de instrumentação cirúrgica, que atuarão junto ao corpo clínico de hospitais e clínicas, visando ao bem-estar do paciente, otimizando o ato operatório e fazendo com que haja redução de custo para as organizações, por meio do custo-benefício. O CENIC tem a missão de alcançar o reconhecimento nacional e internacional na preparação dos profissionais da área da saúde.

A figura do instrumentador cirúrgico remonta à Idade Média, quando sua função era transportar e guardar o instrumental, além de fabricá-lo e aperfeiçoá-lo, adaptando-o às constantes evoluções das manobras cirúrgicas.

Hoje, com a evolução da cirurgia, o profissional conhece os instrumentos e os aparelhos utilizados, sabe as técnicas empregadas em cada caso e possui noções básicas de anatomia, fisiologia, antisepsia, microbiologia, biossegurança, ética profissional e instrumentação cirúrgica.

A evolução continua, cada vez mais, pois encontra-se em andamento a criação da ESIC - Escola Superior de Instrumentador Cirúrgico -, que tem por objetivo a formação, graduação e o aperfeiçoamento do instrumentador cirúrgico no Brasil, na cidade de Curitiba, PR, sob a direção do Prof. Alaércio de Oliveira.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo V. Exa. por trazer a esta Casa tema tão importante. Já debatemos esse assunto na nossa Comissão do Trabalho, a seu pedido, num momento muito oportuno. Tivemos várias ponderações e argumentações demonstrando a importância da regulamentação da profissão do instrumentador cirúrgico.

Nossa Comissão e a Assembléia poderão contribuir de forma muito significativa, como têm contribuído, na formatação das grandes leis para o povo mineiro e brasileiro. Mais uma vez parabenizo V. Exa., que está bastante preocupado com essa nobre causa, colocando-me inteiramente a

sua disposição, para que a Comissão possa ir a Brasília apresentar sugestões e tudo aquilo que colhemos de importante na nossa audiência pública. A lei deve buscar se aprimorar com as informações e experiências obtidas. Quantos depoimentos importantíssimos a Comissão colheu! Com essa colheita, também poderíamos participar ativamente em Brasília, levando a nossa preocupação e solidariedade na formatação dessa lei, que tem grande alcance não só para Minas, mas também para o Brasil.

Desde que recebemos o seu requerimento, pude perceber a sua preocupação, que é também desta Casa. Tenha a certeza de que, somente após a colheita de provas e argumentações, poderemos dar a nossa contribuição. Parabéns pelo brilhante pronunciamento.

O Deputado Pastor George* - Agradeço ao competente Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que tão bem preside a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. V. Exa. foi extremamente sensível à realização da audiência, trazendo vários personagens ligados à instrumentação cirúrgica. V. Exa. tem demonstrado ser um homem de muita sensibilidade, principalmente para com as questões ligadas aos trabalhadores. É uma categoria que já deveria, há muito, ter sido reconhecida como profissão. Fico muito feliz e cada vez mais orgulhoso da sua atuação, principalmente como Presidente da Comissão do Trabalho.

O Estatuto do Sindicato de Instrumentação Cirúrgica do Estado de Minas Gerais, em seu capítulo intitulado "Dos Direitos e das Responsabilidades Fundamentais", traz os preceitos rigorosamente relacionados, entre os quais gostaria de citar o seguinte: "O instrumentador cirúrgico presta assistência de instrumentação cirúrgica ao cirurgião e à comunidade, em situações que recuperem medidas relacionadas à promoção, proteção, recuperação, reabilitação, preservação, conservação, reconhecimento nominal e funcional rigoroso instrumental cirúrgico, na adequação e posicionamento das mesas de instrumental e promoção rigorosa dos tempos cirúrgicos, exercendo, com liberdade, a profissão em todo o território nacional, na defesa do direito do exercício profissional que lhe for confiado".

Por tudo isso, Sr. Presidente, mais uma vez, trago o meu total apoio à realização de um novo debate, dessa vez com representantes de todos os Estados da Federação, para uma discussão mais ampla, de forma a subsidiar a decisão da Câmara Federal, a fim de que regulamente a profissão de instrumentador cirúrgico.

O primeiro passo foi dado pelos sindicatos e conselhos, pelas escolas profissionalizantes pelo corpo médico, bem como pela luta dos profissionais da área, cujos conhecimentos são postos a serviço do homem e da comunidade. É bom deixar claro que a dinâmica desses conhecimentos se realiza no ensino, na pesquisa e na prestação de serviços, com a finalidade de preencher um vazio na área cirúrgica, colaborando precisamente com as equipes médicas.

Finalizo com o seguinte pensamento: "O sucesso de uma cirurgia depende da agilidade e do equilíbrio dos profissionais nela envolvidos". Quero deixar a todos os instrumentadores cirúrgicos o meu respeito à profissão, tão importante quanto a atuação de quem está realizando uma cirurgia. Vamos unir todos os esforços, acredito que esta Casa seja sensível à questão, para que possamos, com essa discussão mais ampla, fornecer subsídios para que o projeto, em Brasília, seja aprovado e seja reconhecida a profissão, pois, todos os dias, tem dado inestimável contribuição para a vida. Os nossos sinceros agradecimentos e votos de que a profissão seja reconhecida. Portanto, são esses os meus votos pelo Dia do Instrumentador Cirúrgico. Estamos aqui para reconhecer o trabalho desses profissionais e dizer que podem contar com o apoio nosso e desta Casa.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas presentes, quero manifestar minha alegria de participar da festa de 15 anos do CEFET de Leopoldina. Ao completar, em 2 de maio, 15 anos de atividades no município, a UNED-Leopoldina, do CEFET-MG, mostrou sua real finalidade e a contribuição que vem dando a toda a região; com um ensino profissionalizante de alto nível, qualifica nossos jovens para enfrentar o concorrido mercado de trabalho, em diversas especialidades. Quero deixar claro que a UNED-Leopoldina não atende somente aos leopoldinenses, mas também aos municípios vizinhos. Nesses 15 anos de atividades em Leopoldina, o CEFET já formou muitos jovens, que hoje têm uma profissão e estão trabalhando em grandes empresas, espalhadas pelo território nacional. É muito importante a participação da UNED-Leopoldina na formação educacional, social e profissional dos jovens daquela região. É muito importante a efetiva dedicação dos professores, Diretores e funcionários, que, com os alunos, interagem para que a escola funcione com sucesso. Peço à Mesa desta Casa Legislativa que registre este momento nos anais da Casa, bem como envie correspondência parabenizando aquela unidade pelos seus 15 anos de vida.

Registro o fato de que agora o Ministro da Educação, Paulo Renato, comunicou ao Diretor-Geral do CEFET-MG que o estabelecimento será transformado em universidade tecnológica federal, pois oferece ensino da melhor qualidade. Ele incluiu a UNED-Leopoldina, uma menina-moça, que, aos 15 anos, já tem os mais relevantes serviços prestados a Minas Gerais e ao Brasil. Hoje, a UNED-Leopoldina está sob a tutela do Prof. Magno.

Felicitemos também o ilustre Diretor-Geral do CEFET-MG, Prof. Alexandrino, que sempre apoiou aquela unidade. Foi gratificante participar, dia 2, em Leopoldina, das festividades, junto com os alunos, professores e servidores. Existe hoje um clima de grande confiança, que nos motiva a continuar apoiando o CEFET. A sua transformação em universidade tecnológica dará a Leopoldina a oportunidade de se consolidar como cidade universitária.

Tivemos a alegria, no aniversário de Leopoldina, dia 27 de abril, de ter a inauguração do novo "campus" avançado da UNIPAC, que já está na cidade há, praticamente, cinco anos. Agora, consegui a área onde construiu o grande prédio, e já temos cinco cursos. Parabenizo o Magnífico Reitor, Deputado Federal Bonifácio de Andrada, pela ajuda extraordinária que tem dado não só a Leopoldina, mas também a nossa região. E eu o parabenizo também, por meio de seu filho, nosso colega e amigo, Deputado Antônio Carlos Andrada, que é muito admirado e respeitado, um jovem político que tem dado o melhor de si não só à região das Vertentes, mas também à Zona da Mata.

Felicito a direção da UNIPAC por mais esse grande benefício que levou para Leopoldina. Neste momento de muita alegria, nossa cidade ganhou a sua faculdade de Direito, a FADIL, que é do grupo do Prof. Cláudio Leitão, que também está fazendo um grande trabalho. O prédio que servia à TELEMIG foi comprado e todo reformado. Parece até que foi feito para que ali fosse instalada uma faculdade.

Então, estamos vivendo, no setor educacional, um momento de grande motivação. Também parabenizo o Prefeito Municipal de Leopoldina, Dr. José Roberto, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Brenio Coli Rodrigues, e seus pares e todas as autoridades constituídas do município. Para nós, que estamos aqui há quatro mandatos, é motivo de alegria receber o reconhecimento daquele povo, receber o apoio que nunca nos faltou para que trabalhássemos nesta Casa. É um privilégio, uma honra e motivo de orgulho ser, nesta Casa, o representante de Leopoldina e de muitas cidades da Zona da Mata. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a gentileza do líder do meu partido, Deputado Sebastião Costa, que estava inscrito para falar neste horário, mas cedeu-me a oportunidade de assomar à tribuna para registrar nos anais da Casa e proclamar a Minas Gerais, com justo orgulho, que a Associação Atlético Caldense, o time que representa o futebol da minha cidade, é campeã mineira.

Poços de Caldas orgulha-se sobremaneira, pela primeira vez na sua história esportiva, por poder intitular-se campeã mineira de futebol. E

futebol é mais do que um esporte nacional: é lazer, divertimento, assunto da semana inteira, é paixão nacional.

Isso justifica que eu assome à tribuna desta Casa, tão circunspecta e tão séria, para registrar título tão importante conquistado por um time de futebol da minha cidade, que, com galhardia, técnica, garra, dedicação, superando os mais diversos obstáculos, chegou à final do campeonato mineiro, ocorrido no domingo pretérito, e conquistou o título de campeão mineiro de futebol.

A Associação Atlética Caldense foi criada em 1925. Tem história longa, que surgiu em torno do futebol. No decorrer do tempo, porém, tornou-se clube multiesportivo e social e ostenta, em sua fachada, um orgulho, uma tradição. Tem sido a expressão maior do esporte, em todos os seus ramos, na nossa Poços de Caldas. É o clube que congrega nossa população por meio da prática do vôlei, do basquete, do tênis, enfim, da vida social da cidade. Mas é, sobretudo, através da sua origem, que é o futebol, que a população de Poços se une, com muita satisfação, em torno da Associação Atlética Caldense, de fato, um orgulho na sua tradição. Fundada em 1925, tem história longa no futebol, trouxe grande contribuição e grandes valores para o futebol mineiro, brasileiro e dos grandes clubes, como Neto, Buzuca, Aílton Lira, J. Lopes, que continua em Poços de Caldas. Mas quero representar todos os grandes jogadores do passado na figura de Mauro Ramos de Oliveira, meu contemporâneo de ginásio e jogador da Associação Atlética Caldense, que, com muito orgulho, em 1962, foi visto pelo Brasil inteiro erguendo a Taça Jules Rimet como bicampeão mundial de futebol. Hoje somos tetracampeões e, se Deus quiser - já que futebol é paixão - neste ano seremos pentacampeões.

Ontem o Brasil inteiro parou para ouvir a escalação anunciada pelo técnico da seleção brasileira, Felipe Scolari. Toda essa paixão nacional, todo esse envolvimento em torno do futebol traz-nos o alento, a esperança de que, neste ano de 2002, possamos novamente ser campeões mundiais e ostentar o título de pentacampeões do mundo.

Neste mesmo ano, a nossa Associação Atlética Caldense vai acrescentar, no seu uniforme de jogo, uma estrelinha. Pela primeira vez, desde 1925 e desde 1969 ou 1970, disputando a divisão especial do futebol mineiro, vai ostentar uma estrelinha em sua camisa, de campeão mineiro.

Com muito orgulho registro esse fato, utilizando as imagens da TV Assembléia para levar minha saudação a Poços de Caldas, ao Presidente da Associação Atlética Caldense, Laércio Otávio Martins, a toda sua diretoria, a todos os jogadores e também às diretorias anteriores, que engrandeceram esse clube e o levaram a essa posição. Mas envio abraço especial ao Laércio, que vem ocupando por várias vezes a direção da Associação Atlética Caldense, dedicando seu tempo, seu trabalho, sua capacidade ao engrandecimento desse clube, e vê todo seu esforço ser coroado com o título de campeão mineiro de futebol de 2002, se Deus quiser, o ano do penta. Assim, deixo minhas homenagens a todo o clube, ao técnico, aos jogadores do passado e de hoje, da nossa Associação Atlética Caldense, campeã mineira de futebol de 2002.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Sebastião Navarro, cumprimento-o por essa justa homenagem que V. Exa. faz à Caldense, esse time de tradição, que agora consegue um feito extraordinário dentro do futebol profissional e do Estado.

Quero registrar também que, em que pese à Caldense ter derrotado nosso Nacional Futebol Clube de Uberaba, também o Nacional fez bela campanha e continua na 1ª divisão do Campeonato Mineiro. Quero saudar toda a direção por esse feito, especialmente na pessoa do Sr. Abocater, Presidente do Clube. Também digo que nosso Uberaba Esporte Clube está na 2ª divisão, mas firme, com um time que traz esperança para todos os torcedores, que tem meu filho como atleta profissional. Estamos aguardando, com grande expectativa, que chegue à 1ª divisão, neste ano. Obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Agradeço, Deputado Paulo Piau. Tive oportunidade de assistir a alguns jogos desse campeonato e todos os times se houveram com galhardia, lutando com lealdade. Tivemos que superar obstáculos maiores que os dos times adversários. Dirigi o futebol da Caldense no início da década de 70, quando havia um problema grave, porque não nos deixavam chegar aqui. Naqueles tempos, a Caldense disputou o quadrangular final por quatro vezes, mas, desculpe o João Leite, o Reinaldo marcou gol até com a mão, o que foi visto por todo o estádio, menos pelo Juiz. Achei que, depois do videoteipe, isso tivesse acabado.

Assisti ao Caldense e URT, de Patos de Minas. O URT jogou com brilhantismo, galhardia e elegância. Duro foi superar, durante o jogo, o árbitro. Ainda existe isso na Federação Mineira. E, como futebol é paixão, mexe com a alma e com o sentimento do povo, a Federação Mineira teria que tomar mais cuidado para que os times competissem entre si e não tivessem, muitas vezes, que vencer o árbitro do árbitro.

Ilustre Deputado João Leite, gostaria muito de ouvir o aparte de V. Exa., que é uma das expressões do futebol mineiro, quando registro o feito da Associação Atlética Caldense, de sagrar-se campeã mineira, mas havia prometido ao ilustre Deputado Sávio Souza Cruz. Agradeço, pois tão-somente a sua presença no microfone de aparte já representa homenagem a minha e a nossa Associação Atlética Caldense e ao futebol mineiro.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Caro Presidente, componentes da Mesa, Deputado Sebastião Navarro Vieira, quero cumprimentar a Caldense, na pessoa de V. Exa., pelo grande feito, e agradecer especialmente a gentileza e compreensão de V. Exa. em ceder a parte final de seu pronunciamento, para que possa fazer um registro de homenagem à EMATER. (- Lê:)

"Em 1975, por meio da Lei nº 6.704, criava-se, em Minas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER -, sucessora da antiga Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR-MG. Dada a pertinência temática, a nova entidade, constituída empresa pública de direito privado, alojou-se no sistema operacional da Secretaria de Estado da Agricultura e, a partir da posição estratégica que lhe foi dada naquele órgão, passou a vincular-se aos municípios mineiros e neles estabelecer-se, mediante a assinatura de convênios com as Prefeituras e com a devida aprovação das Câmaras Municipais.

No curso de seus 26 anos de existência - anos esses que sobem a 53 se considerada a fase preliminar da ACAR -, a EMATER vem se dedicando com competência à missão que a ela foi destinada: a de apreender a vocação agrícola de Minas, delimitando-lhe a configuração e incentivando-a a desenvolver-se, levando ao pleno crescimento, conseqüentemente, o homem do campo, a paisagem rural e uma fatia das mais significativas da economia mineira.

O Governo Itamar Franco, desde sua instalação em janeiro de 1999, tinha como certa a importância da EMATER no cenário do Estado e optou por favorecer-lhe a consolidação nos municípios mineiros. Assim é que, sob a competente administração do Secretário Paulino Cícero de Vasconcelos, a EMATER faz-se presente em nada menos que 725 municípios mineiros.

A penetração da empresa na quase totalidade de nossos municípios, se é dado relevante, não é, contudo, o único que temos a comemorar. Alguns resultados do ano de 2001 bem demonstram que o estabelecimento da EMATER em tantos municípios não se deu em vão - e esse é, sem dúvida, o dado que mais requer comemoração.

Só na área de bem-estar social, foram cerca de 20 mil hortas domiciliares, 3.930 pomares domésticos instalados; 22 mil famílias conduziram com sucesso pequenas criações de aves, suínos, peixes e cabras, diversificando a renda familiar; 11.136 famílias produziram e processaram tecnicamente leite, hortaliças, frutas, carnes, mandioca, cana-de-açúcar e farináceos. E mais 23.370 famílias produziram, beneficiaram,

classificaram e embalsamaram produtos "in natura", com padrões rigorosos de qualidade; 44 mil famílias aumentaram suas disponibilidades de alimentos "in natura" de origem animal e vegetal. O número total de pessoas atingidas foi de 239.300 produtores de agricultura familiar em todo o Estado.

A par dessa intensa atuação diretamente sobre o pequeno produtor - aquele que é, sabidamente, peça fundamental para a sustentação de uma grande economia -, a EMATER participa hoje de mais de 40 programas e projetos governamentais, destacando-se entre eles o Programa de Recuperação Ambiental nas Sub-bacias, inclusive a do São Francisco o Projeto Lumiar, o Procachaça e o Programa de Turismo Rural. Só o Programa de Recuperação Ambiental nas Sub-bacias já rendeu, em 2001, os seguintes expressivos resultados: 2.112 nascentes protegidas; 1.119 bacias de captação construídas; 300 projetos de revitalização de bacias; 10.000 ha de terraços e cordões em contorno construídos; 3.000 ha de vegetação ciliar recuperada; 160 técnicos em gestão de bacias hidrográficas capacitados.

Os números, individualmente e no seu conjunto, expressam a extraordinária vitalidade por que passa atualmente a EMATER, empresa que se tem mostrado cada vez mais capaz de planejar e promover o desenvolvimento rural sustentável, de viabilizar programas governamentais, de prestar serviços e consultorias e, especialmente, de gerar emprego e renda. A respeito desse último item, vale lembrar que, de acordo com o BNDES, para cada milhão de reais investido na agropecuária, criam-se automaticamente 297 postos de trabalho diretos e indiretos.

Por todas essas razões é que saúdo, nesta oportunidade, a operosa EMATER e os brilhantes resultados por ela já conquistados no atual Governo, esperando que seja dada seqüência a sua patriótica tarefa de incentivar a produção de alimentos, a seu esforço para gerar emprego e renda, a seu empenho para garantir o desenvolvimento rural sustentável e, por meio dele, a justiça social, a segurança alimentar e a estabilidade econômica. O futuro de Minas transita também pelo campo e a EMATER tem dado fartas provas de que está certa disso".

Termino minhas palavras reiterando ao Deputado Sebastião Navarro os meus agradecimentos e renovando meus cumprimentos à espetacular vitória da Caldense. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e povo mineiro, é muito ruim quando utilizamos do espaço da Assembléia Legislativa de Minas para falar de coisas trágicas, da violência, mas, Sr. Presidente, não poderia, diante dos últimos acontecimentos em Montes Claros, neste último final de semana, deixar de fazer aqui o meu pronunciamento, até mesmo como forma de protesto e de alerta para a escalada da violência no Estado.

No último sábado, em pleno centro de Montes Claros, às 19 horas, um casal estava em seu carro no começo da noite, quando foi sumariamente executado por pistoleiros, bandidos e covardes que fugiram a pé logo após o assassinato. Perderam a vida o Sr. Rosalvo Teixeira Bastos Filho, 27 anos, jornalista, locutor da TV Gerais, jovem produtor rural, pessoa extremamente conhecida e querida em Montes Claros, morto com um tiro na nuca, e sua noiva, casamento marcado para junho, Daniela Costa Oliveira, 24 anos, que levou um tiro na cabeça. Não se contentando com isso, os bandidos covardes ainda esfaquearam-na por quatro vezes, dentro do seu veículo, causando sua morte instantânea. O que é estupefante é que o crime aconteceu no centro de Montes Claros e esses dois elementos saíram calmamente a pé, entraram num veículo e fugiram, sem que a polícia os encontrasse.

Quero fazer neste momento a leitura de um manifesto contra a violência, assinado por toda a imprensa montes-clarense, por todos os jornalistas, por todos os homens e mulheres que militam na imprensa de Montes Claros. Entregaremos esse manifesto às nossas autoridades, chamando mais uma vez atenção e cobrando providências urgentes. (- Lê:)

"Manifesto contra a violência

Montes Claros, 6 de maio de 2002.

Os trabalhadores dos veículos de comunicação de Montes Claros, reunidos na manhã de seis de maio corrente, na Câmara Municipal de Montes Claros, decidiram encaminhar este manifesto às autoridades competentes, solicitando o máximo empenho no combate à violência nesta cidade, bem como na apuração do covarde duplo assassinato de nosso colega Rosalvo Teixeira Bastos Filho e de sua noiva, Daniela Costa Oliveira, ocorrido no final da tarde do dia 4 do mês em curso.

Preocupa-nos muito o fato de nossa Montes Claros, nos últimos meses, vir sendo transformada em cidade sem lei. Assaltos, assassinatos e outros crimes graves viraram rotina, assim como a não-identificação, prisão e julgamento dos autores da maioria deles. Ontem foi o nosso jovem casal de amigos, há duas semanas um humilde vigia da Skol e há menos dias ainda um garoto morto por traficantes, só para citar os assassinatos que mais marcaram a cidade neste trimestre, entre tantos outros.

A carência de polícia e de justiça para a impunidade encoraja poderosos, imbecis e vítimas revoltadas à prática de novos crimes. É o que estão dizendo as pessoas, quase sempre anonimamente, já que, sem proteção, temem aparecer e desaparecer com a mesma velocidade.

No caso específico do duplo assassinato do casal de noivos, é voz corrente que haveria um suposto mandante, fazendo voltar os tempos do "olho-por-olho-dente-por-dente". É investigada a relação desse crime com outra morte ocorrida na cidade há quase um ano, em que estaria envolvida irmã da vítima Daniela Oliveira. E fala-se em ameaças de mais mortes encomendadas. Quer dizer, impunidade gerando vingança e mais vingança, na certeza de que a impunidade prevalecerá. Até quando?

Este caso, como todos os outros, exige os rigores da lei, cabendo, a nosso ver, à polícia, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário fazerem a justiça que a sociedade está a pedir.

Queremos também que o Estado assuma sua responsabilidade e aparelhe as Polícias Civil e Militar, de forma a garantir segurança pública em nossa cidade, pois as pessoas de bem já não suportam ter que ficar recolhidas em suas próprias casas ou não sabem se voltam cada vez que precisam sair."

Este manifesto traduz o sentimento do povo mineiro e brasileiro. Traduz o sentimento desta Casa e das nossas autoridades. Montes Claros é conhecida como terra pacata, a terra da prosperidade, cidade universitária, da UNIMONTES, da agropecuária, da juventude que quer progredir e modificar o clima ruim por que passa Montes Claros, a metrópole do Norte de Minas. É necessário, mais do que nunca, que nossos governantes deixem a retórica para trazer a tranqüilidade às nossas famílias, aos pais desesperados, que vêem os filhos saírem de casa sem saber se voltarão. É necessário que a sociedade seja atendida em sua prioridade, que é a segurança. O povo ordeiro, pacato, trabalhador, que, com sua história, faz a história do nosso Estado e do nosso País, está acuado em casa. Notamos que, cada vez mais, o cidadão quer se

proteger, eletrifica a casa, contrata guardas, blinda os carros. Mas como fica o cidadão comum, que não tem acesso a esses meios de segurança?

Faço das minhas palavras, neste momento de sentimento e emoção, a voz do povo da minha cidade. Apelamos ao Governador Itamar Franco para que priorize a segurança pública deste Estado, dando condições à Polícia Militar, que sofre com a falta de efetivo. Uma polícia que não tem armamento é obrigada a combater grandes criminosos com revólver 38, e aqueles possuem armas sofisticadas. Nossa polícia necessita de veículos, porque grande parte dos municípios mineiros não possui sequer um veículo, e, quando isso acontece, é cedido pelos Prefeitos e mantido pela comunidade. É necessário que se dêem ao policial civil condições de trabalho. E não raras vezes assistimos a depoimentos de pessoas ligadas às Polícias Civil e Militar. Cito o trabalho incansável do Deputado Sargento Rodrigues, nosso companheiro de partido, e da Deputada que também representa a Polícia Civil. É necessário que nossas vozes sejam ouvidas e saíamos da retórica. Queremos ver a Polícia Civil e a Militar prestigiadas, dotadas de recursos e o policial com condições de fazer a segurança do povo.

Queremos um trabalho efetivo de combate ao narcotráfico, que cresce assustadoramente na porta das escolas. Congratulo-me com o "Estado de Minas", que tem feito um trabalho muito bom, chamando a atenção para o que acontece nas várias regiões do Estado, denunciando o narcotráfico, que age impune e livremente. Congratulo-me também com a TV Globo, pelo trabalho jornalístico fantástico que vem fazendo, inclusive utilizando uma das novelas de maior audiência, "O Clone", para chamar a atenção para os viciados e drogados.

É necessário que a polícia caminhe junto, que o Estado caminhe junto com essa grande prioridade do povo mineiro e brasileiro. A família de Rosalvo Teixeira Bastos Filho - que hoje chora - não aceita o que aconteceu com um jovem promissor, inserido na história de Montes Claros. A essa família, as nossas condolências, os nossos sentimentos. Também as nossas condolências à família de Daniela Costa Oliveira, uma jovem de 24 anos que foi executada com um tiro na cabeça e depois apunhalada e esfaqueada dentro do seu carro. Foi um dos crimes mais brutais que vimos nos últimos anos. O povo mineiro não aceita mais essa situação e coloca a segurança pública como prioridade, ao lado da educação e da saúde. É necessário que haja uma tomada de posição, não podemos mais aceitar o que está acontecendo.

Faço um apelo ao Governador Itamar Franco, a esse Governador sensível, a esse homem que acompanha o que acontece no Estado, para que valorize a segurança pública, abra concurso para policiais militares e civis, a fim de que o Estado seja, mais uma vez, classificado como o mais seguro. À Associação dos Profissionais da Comunicação do Norte de Minas, o nosso reconhecimento pela coragem, pela luta, pela postura e pela posição que estão tomando de não aceitar mais a impunidade em Montes Claros. Não queremos que a cidade seja transformada numa Baixada Fluminense, com pessoas ligadas ao tráfico de drogas, ao tráfico de armas.

Termino, Sr. Presidente, este pronunciamento, muito mais emocional do que movido pela razão, trazendo as nossas condolências ao povo de Montes Claros. Mas quero também trazer a certeza e a esperança de que Minas Gerais possa ter, no Governador Itamar Franco, o guardião da nossa segurança. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público presente nas galerias, inicialmente gostaríamos de cumprimentar o companheiro de partido Deputado Carlos Pimenta, que externou seu sentimento não apenas como representante da região Norte de Minas, mas também como cidadão que está assistindo, perplexo, ao avanço da criminalidade e da violência no Estado de Minas Gerais. Lamentamos o fato que ocorreu em Montes Claros; mais uma vez, a violência ganhou a queda-de-braço com o poder público. É lamentável que fatos como esse venham a se repetir, ora no Norte de Minas, ora na região metropolitana.

Quase todos os dias tomamos conhecimento pela imprensa de fatos lamentáveis como esse, e os cidadãos comuns são vítimas da violência diária e, desprotegidos, clamam por segurança, por uma força-tarefa, que não se consegue realizar neste Estado.

Gostaria de destacar o homicídio ocorrido na tarde de sexta-feira, na cidade de Uberlândia, cuja vítima foi o Soldado Aloísio Marcos Magela dos Santos, de 24 anos, que trabalhava há seis anos no Centro de Operações da PM em Uberlândia.

Infelizmente, o nosso companheiro, que estava de folga, foi surpreendido por três homens dentro de uma barbearia, no Bairro Custódio Pereira, sendo um deles o menor O.C.G., de 16 anos, que já chegou disparando um tiro pelas costas no policial. A bala transfixou o seu peito e atingiu uma criança de dois anos nos olhos, que corre o risco de ficar cega. Não satisfeito, o menor se aproximou do policial e disparou mais quatro tiros, fugindo em seguida em companhia dos outros dois homens.

Há alguns meses, o Soldado Aloísio teve o som do seu carro furtado. Nas investigações, o policial descobriu os autores do furto: era uma gangue liderada pelo referido menor O.C.G. Incomodado, o menor passou a ameaçar o policial, que chegou a registrar a Ocorrência nº 30.980, de 21/4/2002, fato esse que não intimidou a gangue.

Sendo assim, no dia 3 último, ao ver o soldado passar de carro, os homens o seguiram até a barbearia e o mataram.

Os envolvidos já foram identificados, e foi verificado que todos têm prontuário, com vários delitos, entre eles tráfico de drogas, porte ilegal de armas, agressão. Já havia um mandado de prisão contra o autor dos disparos que mataram o policial. O menor foi preso e confessou o assassinato. Os outros continuam foragidos.

Lendo matéria da revista "Superinteressante", da editora Abril, vi o seguinte relato: "O segundo fator que desvia as pessoas do cometimento de crimes é o medo da punição, ou seja, o controle formal que a sociedade exerce sobre cada indivíduo. Quanto mais forte for a mensagem de que a punição está ali, à espreita, menor será o cometimento de crimes. É a essência do recado do jurista italiano Cesare Beccaria, que, no século XVIII, proferiu a célebre frase: 'O que inibe o crime não é o tamanho da pena, mas a certeza da punição'".

Portanto, entendemos que, além de estar buscando e, obviamente, esperando que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal possam urgentemente votar esse pacote de medidas que diz respeito à reformulação do Código Penal e do Código de Processo Penal, é necessário exigir a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No ano de 2000, representando este Poder, estivemos em Albany, Capital do Estado de Nova Iorque, onde crianças a partir de nove anos já são indiciadas criminalmente. Aqui, infelizmente, temos uma pena máxima. Mesmo que o menor infrator tenha 16 ou 17 anos, essa pena não ultrapassa três anos de prisão ou recolhimento em estabelecimento próprio para o menor infrator.

A frase dita pelo jurista italiano tem muito que ver com o que estamos vivenciando no Estado e no Brasil. Precisamos, mais do que nunca, que o marginal que assalta o cidadão de bem, pagador de seus impostos e responsável pelo crescimento social de sua cidade e de seu Estado, tenha punição, para darmos a resposta do poder público.

Pressupõe-se que essa resposta passe por reforma no Código Penal, no Código de Processo Penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Hoje, um menor, com 16 anos de idade, tirou a vida de um policial militar que, certamente, teria brilhante carreira pela frente. Esperamos que o Cel. Sebastião Alves de Aguiar e a Delegacia Regional de Uberlândia, possam estar unidos para dar a resposta ao crescimento da

criminalidade na região de Uberlândia e em cidades vizinhas. Esperamos que essa resposta seja imediata e que as duas polícias possam dar as mãos para realizar o que é necessário: dar a resposta a quem os paga, que é a sociedade.

Insistentemente e incansavelmente, temos ocupado esta tribuna para dizer que perdemos mais um herói nessa guerra que parece não ter fim, mas precisamos acordar toda a sociedade, esta Casa, o cidadão mineiro e o cidadão brasileiro. Precisamos vencer essa guerra, que é contra os homens e as famílias de bem, que tentam criar seus filhos longe das drogas e do crime. Infelizmente, nessa guerra, temos perdido grandes pessoas, combatentes, policiais civis e militares. Não podemos cruzar os braços. Tramita nesta Casa proposta de nossa autoria no intuito de aperfeiçoarmos esse modelo estrutural das duas polícias. Sabemos que há ciúmes, vaidade, apego a cargos e uma história de cobertura de pano de fundo que diz respeito à história cultural das duas polícias, mas sabemos também que o cidadão clama por segurança todos os dias ao sair de casa e quando o filho vai à escola, sem ter a certeza de que voltará livre de sofrer violência. Nós, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores, temos o dever de dar resposta viável, fazendo com que as resistências sejam quebradas e que as matérias referentes ao assunto sejam votadas, quer seja na Assembléia de Minas, quer seja no Congresso Nacional. Espero que o Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara Federal, e o Senador Ramez Tebet, Presidente do Congresso Nacional, insiram essas matérias na pauta e exijam que sejam votadas. Precisamos dessas mudanças no Código Penal Brasileiro e no Estatuto da Criança e do Adolescente, para que tenhamos a certeza de que não haverá a impunidade, que é um fator decisivo no crescimento da violência e da criminalidade em nosso País. Os bandidos são reincidentes em seus crimes porque sabem que dificilmente serão levados às barras da justiça, condenados e encaminhados a uma penitenciária estadual. Fazemos um apelo ao Deputado Federal Aécio Neves. Esperamos que esteja nos ouvindo neste instante. Minas já não aceita a violência e conta com a sua pessoa, para que possa cobrar dos parlamentares federais que as leis sejam votadas em Brasília, já que o legislador estadual não tem competência para realizar mudança na legislação penal. Infelizmente, o Brasil ainda não avançou ao ponto de nós mesmos, Deputados Estaduais, podermos realizar essas alterações.

Lamentamos profundamente a morte de mais um companheiro, de mais um herói que, em nome da sociedade, estava defendendo a população de Uberlândia.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte)* - Nobre Deputado Sargento Rodrigues, em meu nome e no da Polícia Civil, quero externar a nossa solidariedade pela morte brutal e cruel de mais um policial, ocorrida da forma triste, como V. Exa. abordou.

Gostaríamos eu, V. Exa. e o Deputado Cabo Morais de não estar aqui trazendo esta nossa tristeza e pesar a cada momento em que os nossos policiais tombam em serviço, às vezes, até por serem policiais. Hoje matam quando vêem a carteira do cidadão e pensam que é policial, mesmo que não esteja em serviço. Temos visto isso. Entendemos a dor dos companheiros da Polícia Militar e hipotecamos-lhes a nossa solidariedade. Que no próximo ano consigamos viabilizar tudo que necessitamos para a segurança pública.

O Deputado Carlos Pimenta, também emocionado, falou da violência em sua Montes Claros. Digo, com tristeza, que o número de vagas que tínhamos nos quadros da Polícia Civil para o último concurso não foi preenchido, sob a alegação de que era impossível preenchê-lo, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os nossos Governos, em todos os níveis, precisam estar muito atentos à segurança, porque está insuportável continuarmos convivendo com tudo isso, sendo nós, policiais, na maioria das vezes, a grande vítima. Parabéns!

Obrigado, companheira Elaine Matozinhos, com quem temos travado luta incessante pela melhoria do aparelho policial do Estado.

Quero também deixar registrado que estamos atentos. Infelizmente, não temos força-tarefa para apurar morte de Detetives, Soldados, Inspectores. Muitas vezes a sociedade só atende ao clamor da palavra "doutor", do nome, da pessoa, do cargo, enquanto o indivíduo que está numa condição de cidadão fica relegado a último plano. E é esse cidadão que está sendo vítima todos os dias, o que carrega marmita debaixo do braço, o que pega ônibus, o que está na periferia. Precisamos criar força-tarefa que acompanhe todos os tipos de crimes e que, acima de tudo, consiga evitar que haja crime contra o cidadão desprotegido. Esse, sim, precisa muito mais do braço do Estado, da lei, do aparato policial para protegê-lo, porque não tem mansão nem possui circuito interno de televisão na sua casa, não possui segurança particular num condomínio fechado. A única coisa que possui é a sua vontade de viver, de criar seus filhos, de dar dignidade à sua família. Precisamos de uma polícia totalmente reformulada. Precisamos reestruturá-la, porque os homens são bons, mas o modelo está falido. Portanto, precisamos, mais do que nunca, que esta Casa vote a emenda à Constituição que cria a Secretaria de Estado de Defesa Social. Vamos exigir que as Polícias Civil e Militar e que o setor prisional do Estado estejam interligados, trabalhando em conjunto para a sociedade. Vamos exigir que o Ministério Público e o Poder Judiciário estejam cada vez mais próximos, dando as mãos ao aparato policial, para que possamos ter resposta eficaz e que o Governo cuide do social, porque é imprescindível na educação, no saneamento básico, nas questões sociais que têm de desenvolver para que possamos construir um Estado e um país melhores. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas ponderações e cumprimentar o Deputado Miguel Martini, que tem uma atuação em defesa da sociedade nesta Casa, a qual é inegável e todos reconhecemos. Seus requerimentos não foram respondidos, e acaba havendo prejuízo para a sociedade. Obviamente, quando um Secretário de Estado não responde a um requerimento, ele prejudica a sociedade, mas é lógico que um Deputado, ao escolher essa estratégia para forçar o Governo a responder os seus requerimentos, está prejudicando a sociedade de outra maneira. Temos projetos na pauta, como o projeto do ecoturismo do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que ficam prejudicados; com isso, prejudica-se a sociedade mineira. Também temos o projeto do Deputado Ivair Nogueira, que trata da questão de poluição sonora. A sociedade não pode usufruir a lei nesse sentido porque o Secretário de Estado não respondeu ao Deputado Miguel Martini. Finalmente, temos o Código Florestal de Minas Gerais, que está emperrando todo o sistema produtivo do Estado e emperrando as medidas ambientalistas, já que é um projeto apoiado pelo setor ambientalista, que também se sente punido porque o Secretário de Estado não responde ao Deputado Miguel Martini.

Sr. Presidente, gostaria de propor que se adotasse uma medida judicial para punir-se quem não responder ao parlamentar, mas que não se prejudicasse a sociedade, já que um erro não pode justificar outro. Se a sociedade está prejudicada porque os requerimentos dos Deputados não são respondidos, não podemos prejudicar a sociedade pela omissão de um Secretário. Esta Casa deve encontrar uma solução, o que não é possível é punir duas vezes a sociedade. A obstrução não permite que a sociedade desfrute leis importantes para o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, o Deputado João Batista de Oliveira fez uma análise simplista da situação. Apenas comecei a dizer as razões por que estamos obstruindo a votação dos requerimentos. Considero toda matéria tratada nesta Casa importante. Mais importante ou menos importante, dependendo do interesse de quem avalia. Consideramos que, se há dúvida a respeito da administração, se há dúvida quanto à aplicação do dinheiro público, isso é matéria importantíssima. Se há denúncia de clínicas abortivas, isso é matéria importantíssima, porque há vidas sendo ceifadas. Agora, se a lei está sendo descumprida pelo Governador, isso é matéria gravíssima e que interessa à sociedade.

Deputado João Batista de Oliveira, temos vários requerimentos que sequer entraram na pauta de votação e que consideramos extremamente importantes.

Há cerca de um mês, todos os mineiros acordaram com a notícia de que havia acontecido um incêndio no Tribunal de Contas do Estado.

Quantas contas foram destruídas? Quantas informações estratégicas podem ter sido destruídas? São informações importantes, que nós, Deputados Estaduais, representantes do povo, temos de exigir. Dizem respeito a investigações de suspeitas de indução ou, até mesmo, de cartas marcadas nas obras do PROPAM.

Essa matéria é tão importante quanto os outros projetos que estão na pauta. Se considerar que tenho um projeto de interesse de determinado setor, posso passar por cima dos outros? Não. A atuação de cada um deve balizar-se por princípios e valores, sendo que alguns não podemos negociar. Por que não colocar em votação meus requerimentos? Por que não exigir que essas respostas cheguem à Assembléia Legislativa? Temos, por exemplo, um requerimento solicitando a sustação dos atos de Diretores que estão exercendo ilegalmente cargos em autarquias e fundações no Estado. Isso é extremamente necessário, pois, se fazemos as leis e não exigimos seu cumprimento, podemos passar para a sociedade a idéia de que elas não são importante.

Nosso propósito é fazer fluir a votação, mas somos minoria, e só nos resta o recurso regimental. No final do ano passado, apenas conseguimos aprovar alguns requerimentos por meio do processo de obstrução. Dessa forma é difícil. Queremos ver a pauta fluir, para que tudo seja votado e o processo caminhe.

Quanto ao requerimento do Deputado João Batista de Oliveira, lembro que, daqui a 7 minutos, ou seja, às 16h15min, não se votarão mais requerimentos. Assim, não precisarei mais obstruir, já que há um prazo determinado. Isso não vai impedir a pauta de seguir, pois, segundo o Regimento, se tivermos Deputados em Plenário, após o momento de votação de requerimentos, entraremos na apreciação da pauta.

Não posso aceitar que os requerimentos dos outros sejam votados e os meus não. Sequer foram colocados na pauta, mesmo tendo sido apresentados em abril. Pedimos que esta Casa faça as modificações necessárias, já que consideramos um absurdo que só a Mesa possa propor modificações regimentais. Temos de encontrar uma alternativa para que o Deputado exerça, em plenitude, seu mandato. Não podemos depender da boa-vontade da Mesa, dos Secretários, dos representantes do Poder Executivo e dos outros Poderes.

É fundamental que esta Casa encontre mecanismos para dar maior celeridade à votação e respostas aos requerimentos. Ressalto que apresentamos requerimentos, para nos orientar a respeito de votação de matéria que iríamos analisar no Plenário.

Então, teremos de votar sem as informações. Isso não está correto. Sabemos que o Poder Legislativo é o Poder dos Poderes, mas não temos agido dessa maneira, porque há ainda, em Minas Gerais, vício antigo de relação muito estreita entre o Poder Executivo e o Legislativo. Reivindicamos essa independência para o bem do povo.

Deputado João Batista de Oliveira, em 4 minutos, encerra-se o prazo para a votação dos requerimentos. A pauta seguirá normalmente. Ainda que fosse necessário obstruir, para que esses nossos requerimentos fossem aprovados e respondidos, usaríamos os instrumentos de que dispomos para pressionar. Sabemos que isso só funciona na base da pressão, porque os interesses são muitos. Desejamos nada mais nada menos do que exigir aquilo que a Constituição obriga que façamos. Temos de ser os fiscais do povo. Desejamos saber, por exemplo, onde estão os R\$91.000.000,00 que o Governo desviou do FUNDESE, os quais deveriam estar gerando empregos nas microempresas e nas pequenas empresas. Se não tenho essa informação, como agirei enquanto parlamentar?

Encerraremos este encaminhamento e, em 3 minutos, retomaremos a pauta normal, terminado o prazo para os requerimentos. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Vamos fazer o encaminhamento da votação do veto que o Governador após ao projeto dos servidores públicos da Previdência, mas gostaríamos de dizer que vamos, ao mesmo tempo, usar a tribuna para fazer um pronunciamento sobre a realidade brasileira na visão da comunidade financeira internacional.

Está provado que quem está de fora sempre enxerga melhor o que se passa do lado de dentro. Tal afirmativa vale para a visão da imprensa e da comunidade financeira internacional quanto à realidade social, política e econômica do Brasil. Bom exemplo disso é a cobertura que nos tem dedicado a imprensa italiana, que vamos hoje comentar.

As matérias a que especificamente nos referimos foram publicadas pelo prestigioso jornal "Il Sole - 24 Ore", porta-voz da Confederação das Indústrias da Itália - COFINDUSTRIA -, entre janeiro e março do corrente ano. A primeira delas, com o título "Brasil, Confiança Além da Crise", disserta com otimismo sobre a situação brasileira, constituindo, a nosso ver, uma verdadeira injeção de ânimo na auto-estima dos brasileiros.

É o comentário de quem está de fora, é o comentário de um país de Primeiro Mundo sobre a comunidade financeira internacional, observando o cenário das eleições no Brasil, que se aproximam.

Com efeito, os próprios subtítulos já indicam como seremos tratados no corpo da reportagem: "O Gigante Sul-Americano Comprova que Resistiu à Crise Energética e ao Colapso da Argentina", "Sinais de Retomada se Confirmaram em Fins do Ano Passado, Enquanto os Investidores Estrangeiros Continuam a Chegar ao Brasil".

Prossegue a reportagem, afirmando que nosso País desmentiu os que diziam que a derrocada brasileira viria em seguida à da Argentina. Ao contrário, o País, desta vez, não acompanhou o vizinho do Cone Sul, enquanto o nosso PIB ainda cresceu 1,6% em 2001, embora timidamente.

Outros indicadores positivos, segundo o jornal, foram: o real chegou a valer apenas US\$2,83 em setembro passado, mas valorizou-se e hoje está no patamar de US\$2,30. A balança comercial, deficitária desde 1994, acusou um superávit de US\$2.643.000.000,00 em 2001, e, no mesmo período, os investimentos estrangeiros aqui aportados somaram US\$23.000.000.000,00. O País conquistou novos e importantes mercados de exportação, sobretudo no Sudeste asiático; existe um crescente interesse por parte de empresas estrangeiras em investir no Brasil; diariamente, a COFINDÚSTRIA recebe consultas de empresas italianas interessadas; a presença italiana aqui é a terceira maior desse país no estrangeiro; apenas o Grupo Fiat fatura anualmente, com suas fábricas em Minas Gerais, um montante da ordem de US\$5.000.000.000,00, inferior apenas ao faturamento da matriz na Itália; o mercado consumidor brasileiro só tende a crescer, com a estabilidade da classe média, fortalecendo seu poder aquisitivo em vista do controle da inflação.

Continua a reportagem fazendo comentários positivos sobre o Programa Avança Brasil, lançado pelo Governo Federal, no princípio do ano. Lembra que "se trata do maior programa oficial hoje em desenvolvimento no mundo, e que irá até 2007, com investimentos de US\$228.000.000.000,00. Desse montante, 44% são destinados à construção de estradas, aeroportos, hidrovias, centrais elétricas e afins. O restante irá para o desenvolvimento social do País, enfatizando as áreas da educação, da saúde, do abastecimento d'água e da habitação".

O Governo Federal tem o Programa "Avança Brasil", para um período de cerca de 20 anos. Qualquer Governo que for eleito tem uma plataforma, os pilares básicos projetados para esse projeto de Brasil. Por isso, há necessidade de um continuísmo, não partidário, mas obedecendo a metas, a diretrizes estabelecidas, que são consensuais, por mais que divirjam as siglas partidárias. Temos que ter um projeto para o Brasil e isso foi montado. É com essa visão que o Governo Fernando Henrique está comandando o Brasil, em que pese a alguns julgamentos terem sido apressados, congelados e não estarem seguindo a evolução histórica do País. Isso é muito importante, e é por isso que

alguns analistas econômicos e jornalistas, por questões partidárias ou até por interesse do próprio jornal, fazem comentários apressados, e essa selva política que se está estabelecendo tão precocemente, como ocorre de um ano para cá, tem prejudicado muito a estabilidade e o continuísmo do presente Governo.

Gostaríamos de fazer o comentário de que o Governo do Brasil não tem sido como o governo da "federação" de Minas, porque querem que Minas seja uma federação, mas não o é, Minas pertence ao Brasil, é um ente federado. Se fizermos análise fria, em que pese à probidade do Governador, como nosso condutor, como nosso líder maior, como se fosse o pai de uma grande família, verificamos que ele não tem dormido em casa. Em 365 dias de seu Governo, dormiu 40% das noites fora de Minas Gerais. Como vai aferir os bons serviços de Minas Gerais, no que tange à parte pública e ao controle interno? Como fará um planejamento da saúde, da educação, se não convive com seus Secretários? Há mais de um ano está cuidando de política, uma hora para ser Presidente da República, outra para ser Governador do Estado, em confronto direto com o Vice-Governador, que pelo menos tem vocação para administrar Minas Gerais. Há que se fazer análise fria, reconhecendo que o Vice-Governador Newton Cardoso tem "eros" pelo poder, gosta de administrar Minas Gerais. E o Governador praticamente arrebitou com o PMDB, entra e sai do partido da maneira como faz. É desse jeito que tem administrado Minas Gerais, no Palácio da Liberdade, sem o menor compromisso com o povo deste Estado. Não acredito que um pai de família que dorme mais de 40% das noites fora de casa tenha controle sobre os filhos, saiba como está indo a casa e tenha uma base de como se está gastando e arrecadando.

Essa é a visão que tenho do Governador. Todos aqui que tenham bom-senso não podem falar diferente. Não estamos tendo posição partidária. Estamos fazendo análise daquele que tem compromisso com aquilo que comanda e que quer cuidar das famílias de Minas Gerais e levar o Estado a um patamar de desenvolvimento invejável ou, pelo menos, razoável, num primeiro momento.

Na semana passada, fizemos um pronunciamento dizendo que Minas Gerais se encontra numa estagnação econômica jamais vista. Hoje, o Rio Grande do Sul está na nossa frente, porque já é a segunda economia do Brasil. Não quero fazer crítica cruenta, apressada ou partidária, porque, como se diz na gíria, está na cara. Nós, como representantes do povo, temos a responsabilidade e a obrigação de levar ao povo conhecimento de como está indo o Governo. O Poder Legislativo está totalmente divorciado do Poder Executivo, com o qual tinha que conjugar esforços.

Nota-se que a base do Governo na Casa, principalmente o PMDB, está totalmente desmotivada. Por isso, vemos a dificuldade de quórum para votar as matérias. Se fizer chamada, é provável que haja mais Deputados da Oposição que do Governo. Os Poderes do Estado não se entendem.

Mas vamos voltar ao comentário italiano. O jornal "Il Sole" finaliza registrando: "A gestão Fernando Henrique Cardoso tornou o país mais confiável, mas as eleições presidenciais de outubro próximo são encaradas pelo investidor estrangeiro com certo nervosismo. Confiar esse investidor na continuação dos programas e das políticas do atual Governo, na esperança de que os brasileiros saibam superar a incógnita da transição política".

Não queremos interferir dizendo que o próximo Governo terá que ser do PSDB ou do PT. Queremos é que haja comprometimento com a Nação. É isso que não estamos notando no Governo de Minas Gerais, desde o primeiro dia, quando o Governador impediu que partidários do PSDB ou do PFL participassem da Mesa. Daí em diante, houve moratória e mais confrontos do que conciliação. Quem não busca conciliação jamais consegue entendimento.

O mesmo jornal, já agora em março último, publicou entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, com o título: "Lula - Ao Brasil Convém a Reforma Agrária. O Líder da Esquerda Promete Reviravoltas Sociais". O candidato petista faz considerações sobre a situação brasileira e sobre seu programa de governo, caso eleito. Entre elas, transcrevemos as seguintes:

"No decorrer das eleições anteriores, Lula considera que foi prejudicado pela mídia. Embora em cada eleição tivesse gradativamente maior número de votos no segundo turno, isso não foi divulgado pela imprensa, a qual sempre apoiou os partidos conservadores. Entende ele que, desta vez, a tendência do aumento de votos no segundo turno vai-lhe garantir a vitória final. No Brasil de hoje 50 milhões de cidadãos passam fome, e alimentar essa gente constitui a mais absoluta prioridade".

Concordamos com isso. Ele não teme que a comunidade internacional isole o Brasil por causa de um governo de esquerda. Prova disso é a China, hoje uma das preferidas dos investidores internacionais. Não é verdade que o empresariado brasileiro seja contra sua candidatura. O Senador José Alencar, grande empresário, é um dos sustentáculos de sua candidatura. É a favor do MERCOSUL e contra a ALCA. Sua preocupação é a construção de um Estado social, que priorize a reforma agrária, a habitação, a saúde e a educação. Segundo ele, trará também benefícios para o empresariado.

Até concordamos com os argumentos de Lula. Ele foi à Itália em março, e o Fernando Henrique esteve lá em janeiro do ano passado. O jornal fez esse comentário mostrando a situação de quem está no Governo e daquele que sempre pretendeu ser Presidente da República, até com muito mérito por seu idealismo e por sua capacidade de liderar.

Como se vê, tanto a matéria sobre a conjuntura de nosso País como aquela sobre Lula revestem-se de inegável interesse para nós e podem servir ao eleitorado brasileiro para avaliar a destinação de seu voto nas próximas eleições. Permitimo-nos, a propósito, fazer sobre elas algumas reflexões, com a isenção que devemos ao povo que representamos nesta Assembléia.

Em primeiro lugar, a reportagem sobre o Brasil destaca fatos que muitos brasileiros desconhecem. A reportagem é sobre um Brasil país de Primeiro Mundo. A pujança de nossa economia, a competência com que o Brasil driblou a última crise, o robustecimento da moeda, o aumento do consumo e o fortalecimento da classe média são conquistas não só de natureza econômica como social.

Por outro lado, é reconfortante saber que o investidor estrangeiro continua interessado em nosso País. Nesses tempos de inevitável globalização, seria no mínimo ingênuo insistir na velha tecla do capital estrangeiro espoliador.

Ele existe, mas temos de enfrentá-lo, porque não há como driblar esse capital. Temos de viver a realidade, deixar de sonhar e andar com os pés no chão. Sonhar, sim, mas com os olhos abertos, bem atentos, observar para agir.

Os capitais que chegam de fora para investimentos permanentes trazem-nos também empregos e aumento na arrecadação de tributos. Controlar o comportamento desses investidores é obrigação a ser exercida com competência pelo Governo, de modo a não desencorajá-los, mas sem permitir que extrapolem a nossa conveniência. Como, por exemplo, juros permanentemente altos. Mas não depende só do Brasil fazer baixar os juros. Muitas vezes, o interesse econômico atua, causando estragos fora do nosso controle. O Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e sua equipe resistem de todas as formas, mas a comunidade internacional financeira tem o controle de tudo. Não é apenas combatendo verbalmente que vamos conseguir isso. Temos de estar no campo de batalha, mostrar nossa inteligência e capacidade de discernimento, atuando com sabedoria no mercado financeiro globalizado, nas mãos de poucos em detrimento de milhões de miseráveis. Mas entendo que o Governo do Brasil, os Ministros - principalmente o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco Central - têm compromissos.

Outro ponto a destacar é o Plano Avança Brasil. Prejudicado em sua fase inicial pela crise argentina, o programa de extraordinária importância para o povo brasileiro está despertando no exterior maior entusiasmo que no Brasil, onde tem sido pouco divulgado pelos meios de comunicação.

É significativo observar que a comunidade internacional encara as eleições presidenciais com certo nervosismo. Tendo em vista a política de "descontinuísmo" que tradicionalmente caracterizou a administração pública neste País, convenhamos que tal nervosismo se justifica. Até o "descontinuísmo" tem acontecido no Brasil, porque não temos instruções constitucionais mantendo a estabilidade. No Brasil, quando muda um governo, mudam milhares de cargos de confiança. Nos países de Primeiro Mundo, principalmente Inglaterra e Estados Unidos, são poucos. Existe uma continuidade, porque lá, o democrata, quando ganha, toma lugar, e o republicano vai limpando as gavetas. Aqui no Brasil não é bem assim, há muito acordo, muito "entendimento", o que é bem próprio de país subdesenvolvido.

Caberá aos brasileiros usarem de sabedoria na hora de votar, assegurando a continuação, pelo futuro Governo, de tudo aquilo que está funcionando bem.

A entrevista de Lula reflete o inegável amadurecimento do líder petista. Não mais impregnado daquela conotação "xiita" que conhecíamos, Lula dá o tom "light", quase exato para não amedrontar a comunidade financeira internacional. Acreditamos em sua convicção, no entanto, incorre em impropriedades, tais como: ao afirmar que 50 milhões de brasileiros passam fome, ele vai contra os números oficiais da ONU, bem como as estatísticas oficiais, que estimam os famintos em 25 milhões.

Isso para nossa vergonha e contra o que temos que lutar, sem desanimar. Temos de ter otimismo e competência.

Classificar hoje a China como esquerdista é relativo. Como se sabe, aquele país vem-se abrindo gradualmente para o mundo, e chega mesmo a incentivar, dentro de seus territórios, alguns baluartes do capitalismo, como Hong Kong; socialista mesmo é Cuba, isolada e condenada ao subdesenvolvimento. Quanto à China, nós mesmos, Deputados, tivemos a oportunidade de visitá-la, conhecendo a sua abertura, as feiras lá realizadas quando os municípios de Minas Gerais foram convidados a delas participar. Xangai, que é o estado irmão de São Paulo, recentemente realizou uma grande feira com a participação de muitos municípios mineiros que lá expunham seus produtos, buscando o intercâmbio.

Pessoalmente, para nós, não está claro se o empresário e Senador José Alencar é um dos sustentáculos da candidatura de Lula; tem-se a impressão, na entrevista, de que Lula confunde o Estado social com o Estado paternalista; é uma distinção que ele deverá provar que sabe fazer, para não resvalar no paternalismo, o qual desestimula o trabalho e a produção e leva à falência os serviços sociais. Não podemos nivelar por baixo. Temos de respeitar os talentos. Esse Estado paternal é o Estado da inércia. O Estado deve ser o da razão, da competência, sem a ditadura de mercado; o Estado racional, que valoriza o talento, o Estado do equilíbrio e da razoabilidade.

Além desses cochilos, Lula insiste em uma posição ambivalente, que não convence. Por exemplo, ao mesmo tempo em que afirma que o empresariado nacional não deve preocupar-se, sabe-se que visitou Hugo Chavez na Venezuela e formulou grandes elogios ao Presidente venezuelano. Ora, o drama político desenrolado no país andino, nos últimos dias, prova que Chavez – com seu governo populista e paternalista – conseguiu dividir o país, hoje no limiar de uma guerra civil. Se Lula demonstra ter evoluído, como quando se manifesta a favor do MERCOSUL e contra a ALCA (posição essa também defendida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso), parece que pretende nivelar os brasileiros por baixo, eliminando o sistema de mérito e do esforço individual. O direito é igual, mas parte da premissa de que cada um tem um patamar ou um nível inicial.

Terminamos nossas palavras agradecendo pela atenção que dispensaram a este pronunciamento. Estamos certos de que entendem nossa preocupação ao fazê-lo: esta Assembléia - no contexto da aldeia global - não pode se encasular nos limites da realidade regional e mesmo de uma política paroquial. Como Minas é a síntese do Brasil, temos que estar voltados para o cenário internacional, principalmente com relação aos analistas estrangeiros, e conhecer nossa realidade interna, pois é Minas que dá o tom. Necessitamos, como representantes do povo mineiro, acompanhar o que se passa no resto do mundo para bem desempenhar o nosso papel. E, nesse contexto, acreditamos que a cobertura que nos dedica a imprensa de uma das maiores potências econômicas mundiais - como é a Itália - só pode nos ajudar, aos brasileiros, no enfrentamento das responsabilidades e na escolha que faremos nas próximas eleições.

Estamos apenas fazendo um comentário, não estamos fazendo campanha para "a" ou "b". Todos nós temos capacidade de discernimento para analisar essa situação do cenário internacional, principalmente da comunidade financeira. Quem dita a política, infelizmente, é a economia. Antes, era a política que ditava a economia. Temos de lutar para que isso se inverta, mas, no momento, é a ditadura do mercado. Temos de vencer esse dragão que está acabando com o espírito nacional. O nosso pronunciamento é para que os políticos façam uma análise ética, responsável, sem radicalismo na hora de encaminhar a votação.

Para nós, está claro aprimorarmos neste País a social-democracia, com desenvolvimento social e econômico, ou partirmos para o extremismo, que julgávamos enterrado pela cortina de ferro.

Antes de terminar, quero fazer um comentário final sobre um outro assunto, a violência. O problema da segurança está sendo tratado pelo Congresso Nacional. O Deputado Aécio Neves colocará em votação, imediatamente, sete itens relativos à segurança, que, talvez, não possam ser feitos por normas constitucionais, mas por leis ordinárias, a fim de criar uma força-tarefa eficiente para combater o crime organizado, que está começando a vencer o Estado. O estado democrático de direito tem de reagir, e temos certeza de que o Congresso saberá amenizar esse problema. E nós, em Minas Gerais, estamos tentando ser cada vez mais éticos na política e temos a obrigação de alertar não só o povo de Minas Gerais, mas também o Brasil com relação às próximas eleições. Por isso trouxemos esse comentário de um jornal italiano, dizendo que, apesar da crise, o Brasil é confiável para o mercado financeiro internacional. Isso é muito importante para nós. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2002

Em 13/5/2002, o Presidente e o 1º-Secretário ratificaram, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a inexigibilidade de licitação adotada com base no art. 25, I, da mesma lei, bem como autorizaram a despesa no valor de R\$9.180,00, em favor da empresa RM Máquinas e Sistemas Ltda., referente à aquisição de uma base elétrica automática U-560, marca Pitney Bowes.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em 13/5/2002, o Presidente e o 1º-Secretário ratificaram, conforme determina o art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a Dispensa

de Licitação nº 91/2002, adotada com base no art. 24, XVI, do mesmo diploma legal, e autorizaram a despesa no valor de R\$27.940,20, em favor da empresa Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, referente a assinaturas do diário oficial.